

Sumário

Capítulo I - Ministério Público Resolutivo: Guardião das Promessas Constitucionais	1
1- Introdução	1
2- Deficit de efetivação dos direitos fundamentais e a construção de estratégias resolutivas por parte do Ministério Público	2
3- A ascensão do homem comum e o protagonismo cidadão.....	17
4- A estrutura judicialiforme do Ministério Público	18
5- A democracia interna como pressuposto para a defesa externa da democracia política	22
Capítulo II - Indicadores de Resolutividade no Âmbito do Ministério Público	27
1- Introdução	27
2- O método resolutivo e suas implicações	29
3- Tutela jurídica dinâmica	39
4- Indicadores de resolutividade	44
4.1- Entrega do bem da vida.....	44
4.2- Alcance massivo e resultados socialmente relevantes.....	45
4.3- Efetividade da estratégia extrajudicial	46
4.4- Atuação preventiva “ex officio”	47
4.5- Alinhamento com o planejamento estratégico da instituição.....	48
4.6- Efetividade das medidas judicializadas.....	51
Capítulo III - Ministério Público Resolutivo e Ativismo Político ou Ideológico.....	53
1- Introdução	53
2- Ativismo político: noção e perfil	54
3- Ativismo ministerial responsável, guardiania constitucional e ativismo político.....	59

4- A inviabilidade do ativismo político dentro do Ministério Público ...	69
5- Resíduo político no ativismo ministerial.....	71
Capítulo IV - Lineamentos Sobre a Dinâmica Resolutiva do	
Ministério Público	77
1- Considerações iniciais	77
2- Ministério Público Resolutivo: conceito	81
3- Características da dinâmica institucional resolutiva.....	83
3.1- Proatividade.....	83
3.2- Dinamismo.....	85
3.3- Intersetorialidade.....	86
3.4- Intercambialidade.....	87
3.5- Planejamento.....	90
3.6- Inovação.....	91
3.7- Eficiência e gestão de resultados	91
4- Busca por uma identidade própria ao Ministério Público	94
5- Diferenças entre o MP Demandista e o MP Resolutivo	95
5.1- Proatividade e reatividade	95
5.2- Assunção e transferência de responsabilidade	96
5.3- Proximidade e distanciamento da comunidade.....	97
5.4- Perda e resgate de legitimidade democrática.....	98
5.5- A forma de solucionar os problemas.....	98
5.6- Trabalho criativo ‘versus’ labor rotineiro.....	98
5.7- Busca por resultados efetivos (ou socialmente relevantes) e a indiferença por resultados extraprocessuais.....	99
6- Estratégias de crescimento institucional que privilegiam o demandismo.....	102
6.1- Alegada hipossuficiência da sociedade e a função paternal da autoridade.....	102
6.2- A prática de “ocupar espaços”	106
6.3- Modelo de equiparação ao Judiciário (garantias, prerrogativas, vedações, estrutura e divisão funcional)	107
7- Causas que levam ao MP Resolutivo	108

7.1- Amadurecimento democrático da sociedade (expansão do princípio democrático).....	108
7.2- Crise do Poder Judiciário.....	110
8- Exigências e desafios trazidos pelo novo modelo resolutivo.....	111
8.1- Nova leitura do postulado da independência funcional	111
8.2- Insuficiência de recursos materiais e humanos.....	115
8.3- Novo regime de capacitação e mobilização dos agentes ministeriais.....	116
9- Ética dos resultados	116
Capítulo V - Convergência Estrutural como Fator de Implementação Resolutiva no Ministério Público Brasileiro	119
1- Introdução.....	119
2- Órgãos de execução autônomos, mas não isolados ou autossuficientes.....	120
2.1- Revisão do alcance do princípio da independência funcional.....	121
2.2- Objetivos estratégicos integrados e convergência estrutural ...	124
2.3- Visão integralista: o planejamento estratégico como contraponto à setorização	130
Capítulo VI - A Integração das Corregedorias-Gerais do Ministério Público no Esforço Institucional por Resolutividade “All-Embracing”	139
1- Introdução	139
2- Perfil antigo da atividade correicional	140
2.1- Fiscalização burocrática e controle total	145
2.2- Fiscalização inercial	147
2.3- Punitivismo neutralizante: faltas disciplinares de "interpretação do direito"	149
2.4- Controle formal do desempenho	151
3- Incoerências no modelo correicional atual no Ministério Público	151
3.1- Sobrefiscalização no primeiro grau e subfiscalização no segundo grau	151
3.2- Violação do devido processo legal e da ampla defesa.....	152
4- Novo perfil correicional	153
4.1- Intervenção preventiva, dialogal e orientadora	153

4.2- Gestão resolutiva e humanizada.....	158
4.3- Ação coordenada	159
4.4- Fiscalização qualitativa da resolutividade.....	160
4.5- Uso racional, efetivo e formulador dos dados estatísticos	161
5- Conclusões	162
Capítulo VII - A Natureza do Método Científico com Aplicações à Resolutividade do Ministério Público	165
1- Considerações iniciais	165
2- Padrão de trabalho científico e auxílio técnico.....	173
3- Modelo tópico de atuação: experiência real	175
3.1- Celeridade	175
3.2- Transparência.....	178
3.3- Inovação.....	180
3.4-Modernização gerencial.....	181
3.4.1- Acesso a modernas ferramentas tecnológicas.....	181
3.4.2- Uso intensivo e plural de informações	182
3.4.3- Aperfeiçoamento da investigação e da responsabilização	183
3.4.4- Trabalho em equipe.....	184
3.5- Conclusão	185
4- O misoneísmo ministerial	187
4.1- Agente ministerial pré-científico e um trabalho de reengenharia institucional	193
5- Roteiro científico	193
5.1- Utilização do mecanismo jurídico adequado	194
5.2- Desconfie dos argumentos de autoridade	194
5.3- Evasão do raciocínio discursivo	195
5.4- Olhando para os fatos	196
5.5- Aprender a fazer, fazendo.....	197
5.6- O método de "tentativa e erro"	198
6- Conclusões	199

Capítulo VIII - Divisão Geodemográfica de Atribuições no Âmbito do Ministério Público	203
1- Introdução	203
2- Segunda onda: aperfeiçoamento da estrutura ministerial com vistas à eficiência, eficácia e efetividade	204
3- Definição de eficiência, eficácia e efetividade	205
4- Desperdício de forças e energias institucionais	207
4.1- Divisão geodemográfica de atribuições	210
5- Atuação coesa ou monolítica do Ministério Público: integração horizontal	211
6- Conclusão	214
Conclusões.....	217
Bibliografia.....	229